



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro - Rio de Janeiro

Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia
"Arquivologia e suas múltiplas interfaces"
Edição Ampliada



AAERJ

Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro



ENARA

Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

De 20 a 24 de outubro de 2008
Rio de Janeiro

Executiva Nacional Das Associações Regionais De Arquivologia - ENARA

Coordenador: Daniel Beltran Motta

Entidades Filiadas:

ABARQ - Associação Brasiliense de Arquivologia

Presidente: Guaraci Paes

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (Coord.)

Presidente: Carlos Frederico Machado

AARQES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo

Presidente: André Malverdes

AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná

Presidente: Eleopércio Fiori

AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia

Presidente: Pablo Soledade de Almeida Santos

Coordenação do III Congresso Nacional de Arquivologia

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação Geral:

Daniel Beltran Motta - Coordenador da ENARA

Carlos Frederico Machado - Presidente da AAERJ

Anna Carla Almeida Mariz - Presidente da Comissão Científica do III CNA

Equipe de Apoio:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Patrícia Kelly dos Santos

Paulo Rodrigues

Renato Motta

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Wagner Ridolphi

Equipe de Divulgação:

Paraíba: Marcela Teixeira	Rio Grande do Sul: Vinícius Mitto Navarro
Bahia: Ricardo Sodré Andrade	São Paulo: Inaldo Nascimento Conceição
Goiás: José Adilson Dantas	Distrito Federal: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ
Paraná: Associação dos Arquivistas do Paraná – AAPR	Espírito Santo: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES

Comissão Científica

Anna Carla Almeida Mariz, DSc (Presidente)

José Maria Jardim, DSc

Luiz Cleber Gak, DSc

Julia Bellesse da Silva Lins, DSc

Vanderlei Batista dos Santos, MSc

Daniel Flores, DSc

Elaine Coutinho Marcial, MSc

Márcia Valéria Brito Costa, MSc

Comissão de Apoio Científico:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Equipe Editorial

Coordenação:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta

Projeto Gráfico:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Welder Antônio Silva
Michel El-Chaer Saddock de Sá

Redação e Organização:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Lucina Ferreira Matos
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Revisão:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Edição e Distribuição:

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
III Congresso Nacional de Arquivologia

C749t Congresso Nacional de Arquivologia (3. : 2008 : Rio de Janeiro, RJ)
III Congresso Nacional de Arquivologia : tema, arquivologia e suas múltiplas interfaces . - ed. aum. - Rio de Janeiro : ENARA : AAERJ, 2008.
1 cd-rom ; 4 ¾ pol.

1. Arquivologia - Congressos. I. Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivistas (Brasil).
II. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

CDD: 027
ISBN: 978-85-62320-00-2

III Congresso Nacional de Arquivologia

Tema: "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"

Eixos temáticos:

A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas.

A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico)

Áreas de concentração:

1. Ensino e pesquisa em Arquivologia
2. Políticas arquivísticas
3. Normalização arquivística
4. Gestão e preservação de documentos digitais
5. Gestão e preservação de documentos audiovisuais
6. Tendências no mercado de trabalho
7. Relações interdisciplinares: confluências e antinomias.

Ementa:

A Arquivologia como território interdisciplinar. A arquivologia e as ligações que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Os pontos de união com as outras áreas com as quais se relaciona e/ou faz fronteira, a compreensão dessas relações, os pontos de convergência e divergência e as disciplinas que favorecem os estudos arquivísticos e são favorecidas por eles. A arquivologia e o seu próprio território. A relação entre as partes do todo. O fortalecimento e o desenvolvimento da arquivologia. Reflexões sobre a área e as questões referentes ao seu objeto de estudo, considerando as suas especificidades.

Sessão de Abertura

Dia 20/10 – Arquivo Nacional
18hmin – 21h00min

Palestra:

Construção das múltiplas interfaces da Arquivologia

Maria Izabel de Oliveira

Sessões Plenárias

Dia 21/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Mediador: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Palestras:

Dimensões interdisciplinares da Arquivologia

José Maria Jardim

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia

Luiz Cleber Gak

**Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la
profesión**

Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Dia 23/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Mediador: Vanderlei Batista dos Santos

Palestras:

Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico
Mário Augusto Muniz Guedes

**Certificação Digital integrada ao GED: conceitos,
fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos
analógicos para digitais**
Stefano Kubiça

Dia 24/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Normalizações e Políticas Arquivísticas

Mediador: Paulo Knauss

Palestras:

Normas e Políticas Públicas Arquivísticas: uma abordagem conceitual
Ana Celeste Indolfo

ISDF: Uma nova norma para a recuperação do contexto
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Análisis prospectivo de las políticas archivisticas en españa
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Comunicações Livres

Dia 21/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Ricardo Sodré Andrade
(Mestrando em Ciência da Informação - UFBA)

Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo– PROGED
Alessandra Baptista Lyrio, Herlon Nardoto Gomes, Sandro Pandolpho da Costa,
Jussara Texeira, Ruth Mirian Salay de Mello, Aline Souza Gaigher, Silas Raasch

Integração de instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Vânia Medeiros Ribeiro, Maria Lourdes Blatt Ohira, Delsi Fries Davok

Gestão Arquivística de Documentos no Jornal Correio Braziliense: do planejamento à ação

Vânia Caldas, Paulo Vinícius Sette de Lima Mello, Michelle Ribeiro Cortês

Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o projeto-piloto na Faculdade de Ciências Econômicas

Flavia Helena Conrado, Maria do Rocio Fontoura Teixeira

A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso

Aline Pestana de Menezes, Ana Carolina Andrade dos Santos, Janete Romeiro, José Mauro da Conceição Pinto, Rodrigo Ferreira do Carmo

Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação

Inaldo Nascimento Conceição

Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis

Rafaela Augusta de Almeida

Dia 21/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderadora: Lucina Ferreira Matos
(Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV)

A contribuição da Arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um Museu: O caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã – PR - “Espaço de Memória”

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira
Luciana Souza de Brito

Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto
Rita de Cássia Souza Ribeiro

Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

A migração de suporte para preservação do acervo sonoro da Rádio MEC
Marcelo de Oliveira Albuquerque e Munik de Araujo Miranda

Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação
Miriane da Costa Peregrino

A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais
Tiago Braga da Silva, Attilio Provedel

Dia 22/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: André Ricardo de A. V. Luz
(Mestrando em Ciência da Informação - UFF/IBICT)

Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos
Danilo André Bueno, Marta Lígia Pomim Valentim

Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista
Carlos Eugênio da Silva Neto, Janecely Silveira de Lima, João Wandemberg Gonçalves Maciel

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico
Ricardo S. Andrade, Rubens R. G. da Silva

Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional
Sílvia Mendes Masson

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)
Alexandre de Souza Costa, Alexandre de Souza Pontes

Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – ÁREA-FIM – PROMA

Otacílio Guedes Marques

Proposta de critérios para escolha de software gerenciador de arquivo: o caso do Centro de Memória da Extensão da UFES

Alzinete Maria Rocon Biancardi, Edílson Freire Filho, Luiz Carlos da Silva

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro

Moisés Rockembach, Lizete Dias de Oliveira

Dia 22/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Flávio Leal da Silva
(Professor da UNIRIO e Doutorando em Memória Social – UNIRIO)

O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo “Grupo Somos” do Arquivo Edgard Leuenroth

Antonio Gouveia de Sousa

Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local

André Malverdes

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

Renato Crivelli Duarte

Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral

Daniele Cavaliere Brando

Usuários e pesquisas do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Carlos Blaya Perez

Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Ivone Pereira de Sá, Jean Maciel Xavier

Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades

Solange Barbosa Bittencourt, Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses

Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales

Edison Yamir Toledo Díaz

Dia 23/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Welder Antônio Silva
(Mestrando em Ciência da Informação – UFF/IBICT)

A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em
Arquivologia no Brasil (1996-2006)
Eliezer Pires da Silva

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de
um campo extradisciplinar
Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues

A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais
Thiago Henrique Bragato Barros, João Batista Ernesto de Moraes

A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos
Eliezer Pires da Silva

A formação do estudante de Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba
Aryelly S. C. de Sousa, Francinete F. de Sousa, Josivan Soares Ferreira, José Tavares dos Santos

O mercado de trabalho do profissional arquivista da UEL face à sua formação
Edilene Fatel Aureliano, Gisele Barreiros Oliveira, Linete Bartalo

A importância da leitura para os discentes do Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba/UEPB
Josivaldo Soares Ferreira, Josivan Soares Ferreira, Marli Batista Fidelis, Josenildo Forte de Brito

Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos
profissionais da informação
Fernanda Pereira, Benildes Coura M. S. Maculan, Gercina Angela Borém O. Lima

Trabalhos apresentados nos Eventos Paralelos

21/10 - Auditório - 25º andar
14h00min – 17h30min

IV Reunião de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: uma evolução em gestão de documentos públicos
Gilberto de Souza Cardoso

22/10 - Auditório – 22º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Arquivos Médicos

Projeto de revitalização e modernização dos Arquivos Médicos
Vania Franco de Oliveira

22 /10 - Sala 1 - 18º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira – MT
Mariza Inês da Silva Pinheiro, Josilaine Oliveira César

23/10 - Sala 1 - 18º andar
14h00min – 17h30min

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Durante
Natália Bolfarini Tognoli

22/10 - Auditório – 22º andar
14h00min – 17h30min

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

Os arquivos do Poder Legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental
Ana Isabel de Souza Leão Andrade

Agradecimentos

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

André Ricardo Luz

Anna Szlejcher

Beatriz Kushnir

Carla Cavalcante de Hollanda

Carlos Wilton

Charley Luz

Cláudia Bemfica

Clube de Engenharia

Conselho Nacional de Arquivos

Ely Bastos de Lima

Fernanda Soares

Flávio Leal da Silva

João Euripedes Franklin Leal

João Nepomuceno

Lamberto Ricarte Serra Júnior

Marcos Moyses da Cunha

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

Roberto da Costa Cardoso

Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio

Tereza Eleutério de Sousa

Vânia Maria Franco de Oliveira

Abertura do Congresso

A construção das múltiplas interfaces da arquivologia	18
---	----

Sessões Plenárias

Dia 21-10 Tema: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Resumo do Mediador	27
--------------------	----

Ensino e relações interdisciplinares da Arquivologia	30
--	----

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia	44
--	----

Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la profesión
(Texto não enviado pela palestrante)

Dia 23-10 Tema: Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Resumo do Mediador	60
--------------------	----

Fatores de Risco de Perda de Documentos Eletrônicos de Caráter Arquivístico	63
---	----

Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais	99
--	----

Dia 24-10 Tema: Normalizações e Políticas Arquivísticas

Resumo do Mediador	123
--------------------	-----

Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual	126
---	-----

ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto	138
---	-----

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa (Texto não enviado pela palestrante)

Comunicações Livres

Dia 21-10 sala 4

Resumo do moderador	146
Programa de gestão documental do estado do Espírito Santo – PROGED	148
A Gestão Arquivística em uma Instituição de Ensino em Saúde: um Estudo de Caso	157
O Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um relato das atividades do projeto-piloto de organização do acervo documental da Faculdade de Ciências Econômicas	170
Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as instituições federais de ensino superior e tecnológico do ministério da educação.	185
Gestão arquivística de documentos no jornal correio brasileiro : do planejamento à ação	203
Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis.	223
Integração dos instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos (CPA) da universidade do estado de santa catarina (UDESC)	249

Dia 21-10 sala 5

Resumo do moderador	267
A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais	269
A contribuição da arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um museu.	283
Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens	300
Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem. Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria	319
A migração de suporte para preservação do acervo fonográfico da rádio MEC	333
Nova dança para uma velha orquestra os sistemas nacionais de informação	346
Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto	366

Dia 22-10 sala 4

Resumo do moderador (Texto não enviado pelo moderador)	
Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)	386
Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos	405
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	416
Proposta de Critérios para Escolha de Software Gerenciador de Arquivo: O Caso do Centro de Memória da Extensão da Ufes	430

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro	440
Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – área-fim – PROMA	453
Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico	468
Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional	482

Dia 22-10 sala 5

Resumo do moderador	503
Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local	505
O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth	514
Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral	526
Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales.	539
Estudo de Usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	555
Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional	566
Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do tribunal regional federal do Rio de Janeiro século XIX e XX – características e peculiaridades	579
Usuários e pesquisas do arquivo da casa de memória Edmundo Cardoso (ACMEC)	594

Dia 23-10 sala 4

Resumo do moderador	610
A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar	618
A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos	636
A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)	656
Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação	676
A formação do estudante de arquivologia da universidade estadual da Paraíba	687
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina–UEL-face à sua formação	701
A importância da leitura para os discentes do curso de arquivologia da universidade estadual da Paraíba/UEPB	717
A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais	734

Eventos Paralelos	
I Encontro Nacional de Arquivos Médicos	
Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos	754
I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético	
Nível de satisfação da organização documental da usina hidrelétrica de Itiquira – MT	771
II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo	
Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental	788
IV Reuniões de Arquivos Judiciais	
Gestão de documentos no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro	801
V Encontro de Paleografia e Diplomática	
A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti	824



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Plenária: Normalizações e Políticas Arquivísticas

ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto*

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Vice-presidente do Committee on Best Practices and Standards – ICA

Presidente da Câmara Técnica da Normalização da Descrição Arquivística - CONARQ

1 – Introdução

A visão de descrição arquivística está em processo de profunda modificação. Até pouco tempo atrás, quando se falava de descrição em arquivos, a única idéia que ocorria aos profissionais era a da descrição de documentos e as discussões que se colocavam giravam em torno dos elementos de informação que nela deveriam, obrigatoriamente, constar: a notação, o conteúdo (incluindo a tipologia documental e os envolvidos), a data e, quando fosse o caso, o local onde o documento havia sido produzido.

Mesmo depois do avanço que representou o surgimento da *ISAD(G)*: Norma geral internacional de descrição arquivística em 1994¹, parte dos profissionais da área não se apercebeu da mudança que o conceito de descrição vinha sofrendo. Com a *ISAD(G)*, os arquivistas passaram a dispor de uma estrutura comum de descrição, o que até então era impensável, na medida em que a tradição da área era afirmar que a especificidade de cada conjunto documental acarretava, como corolário, a necessidade de uma descrição especial, de modo a atender à singularidade da documentação.

Nesse sentido, as primeiras mudanças teóricas e práticas provocadas pela Norma estavam baseadas numa estrutura padronizada de informações, com a descrição multinível e com a incorporação de novos termos e pequenas alterações a conceitos tradicionais – código de referência (em lugar de notação ou cota), título (para o que habitualmente chamávamos denominação, assunto ou conteúdo) e datas de produção, datas de acumulação e datas-assunto (quando, antes, normalmente, trabalhávamos apenas com datas ou datas-limite).

* Texto apresentado em sessão do III Congresso Nacional de Arquivos, Rio de Janeiro, Out/2008.

¹ Data da 1ª edição; a 2ª edição, aquela em vigor, é de 1999, foi apresentada á comunidade arquivística mundial no Congresso Internacional de Arquivos de Sevilha, em 2000, e foi publicada em português em 2001.



ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

Essas mudanças eram fruto de uma alteração ainda maior, o próprio conceito de descrição arquivística, e isso teria grandes repercussões sobre o trabalho técnico e sobre o surgimento de novas normas.

2 – O novo conceito de descrição arquivística

No Glossário de termos associados às regras gerais² constava, após a advertência de que as definições deviam ser entendidas como específicas para aquele documento, as definições dos diferentes termos utilizados tecnicamente na Norma. Quanto à descrição arquivística, afirmava-se:

A elaboração de uma curada representação de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. Este termo também se aplica ao produto desse processo.

A novidade foi marcada pelo fato de se considerar que a descrição arquivística também tem como objetivo explicar o contexto da produção do arquivo. Esse termo, contexto, sempre foi fundamental na prática dos arquivos, ainda que tenha permanecido subjacente ao arcabouço teórico da Arquivologia. Quando o Princípio da Proveniência foi pela primeira vez enunciado por Natalis de Wally em em 24 de abril de 1841, o que se proclamava era que os documentos de um mesmo produtor deviam ser mantidos juntos, de modo a se evitar pulverizá-los ao se distribuí-los por classes temáticas ou para colocá-los em ordem cronológica, prejudicando-lhes o sentido, uma vez que perdiam sua significação original, isto é, ficavam descontextualizados.

O entendimento tradicional da idéia de contexto sempre levou os arquivistas a buscarem informações sobre os produtores dos conjuntos documentais. Caso esses produtores fossem indivíduos, tratava-se de elaborar uma biografia com informações básicas, como datas de nascimento e morte, filiação, relações de parentesco e de amizade, formação acadêmica e atividades profissionais. No caso de famílias, informações semelhantes eram buscadas para todos os membros presentes, de alguma maneira, na documentação. No caso de instituições, buscavam-se dados que permitissem a elaboração de uma história administrativa,

² CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD(G)*: norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, dotada pelo Comitê de Normas de descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 4-6.



registrando-se os atos de criação, as diversas alterações de competências, as diferentes feições administrativas que assumiu ao longo de sua existência. Em alguns casos, pretendeu-se até utilizar os organogramas como base para sistemas de arranjo que distribuiriam a documentação de acordo com sua origem administrativa, o chamado arranjo estrutural.

Assim, quando a norma ISAAR(CPF): norma internacional para registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias foi apresentada no Congresso Internacional de Arquivos em Pequim, 1996, ela era familiar ao trabalho arquivístico. Entretanto, não foi considerada muito importante e quase não foi utilizada, o que terminou por fazer com que alguns teóricos a ela se referissem como “a norma esquecida”.³

Em 2004, durante o Congresso Internacional de Arquivos em Viena, o então Comitê de Normas de Descrição apresentou sua segunda edição.⁴ É verdade que, desde então, vem sendo mais e mais utilizada,⁵ mas ainda falta muito para que seja uma norma “popular” entre os profissionais.

Algumas dificuldades podem ser aqui levantadas como fatores responsáveis por essa situação: por exemplo, o desconhecimento dos profissionais quanto ao que vêm a ser os registros de autoridade, as carências tecnológicas na área para construção de sistemas que permitam a inter-relação de bases de dados separadas, a quantidade crescente de documentos com que se defrontam, quotidianamente, as instituições arquivísticas e até o uso de conceitos pouco habituais entre os arquivos, como o de entidade coletiva. No entanto, talvez a mais influente razão da aparente negligência em relação à ISAAR (CPF) seja o fato de grande parte dos profissionais ainda considerar que a descrição de todos os documentos de um fundo seja, em si, suficiente para a contextualização e que, no máximo, em nível de fundo/coleção, o elemento História administrativa / Biografia da ISAD dê conta de historicizar o acervo.

³ DOHERTY, Teresa. Who, what, when, why? ISAAR(CPF): the forgotten Standard. *Business Archives*, n. 87, p. 185-200. Apud CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 83.

⁴ CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias : segunda edição*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, n. 50)

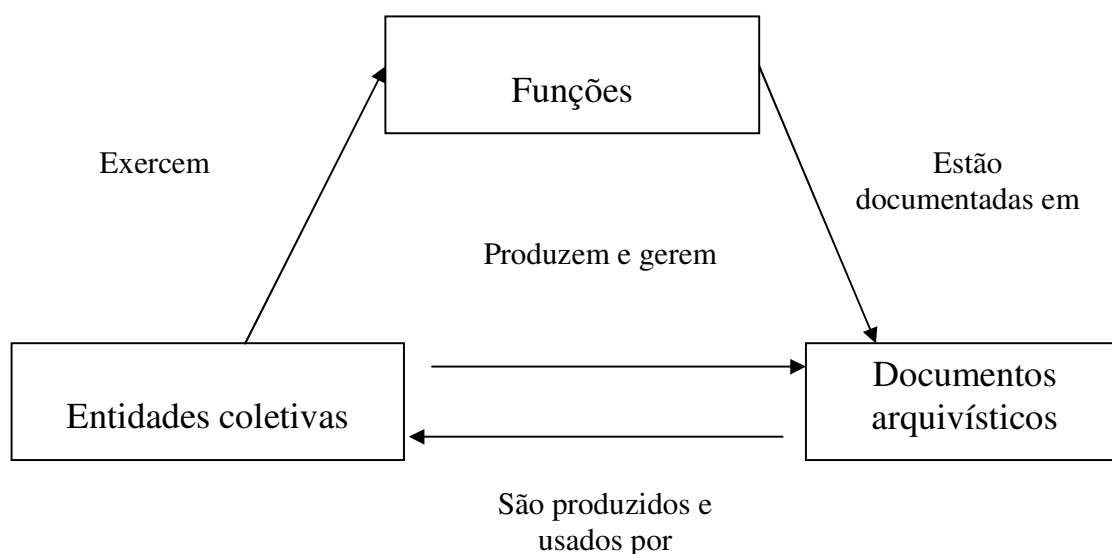
⁵ O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal) começou, ainda neste ano de 2008, a construir uma base de dados nacional de registros de autoridade arquivística.



3 – Por um contexto mais amplo

A definição de contexto, em seu sentido comum, considera-o a “inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação”.⁶ Nesse sentido, informações sobre a história (de vida ou institucional) do produtor de um fundo ajudam, e muito, a compreender o contexto, mas não bastam.

Documentos são gerados por um produtor a partir de suas necessidades concretas de exercer suas funções⁷ e se relacionar com outras entidades. Por isso, para compreender de uma maneira mais completa esses documentos, não basta vê-los apenas na relação com outros documentos e com seu próprio produtor, principalmente quando este é uma entidade coletiva. É preciso entender para que são criados, ou seja, no exercício de quais funções sua existência se faz necessária. Em termos gráficos, a representação da relação entre documentos, seus produtores e as funções que os provocaram pode ser assim representada:⁸



⁶ DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0 Intranet. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

⁷ O CBPN propôs a seguinte definição de função: “Qualquer objetivo de alto nível, responsabilidade ou tarefa prescrita como atribuição de uma entidade coletiva pela legislação, política ou mandato”. Cf. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDF*: norma internacional para descrição de funções. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 13.

⁸ Idem, p. 36.



Acreditando que a compreensão das funções é fundamental para um entendimento mais completo do contexto da produção dos documentos, e ainda, que as funções são muito mais estáveis que as estruturas administrativas criadas para suas efetivas realizações,⁹ o Comitê de Boas Práticas e Normas (CBPN)¹⁰ do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) começou, desde 2004, a estudar a criação de uma norma internacional para descrição de funções.

Essa ação, além de se coadunar com uma antiga aspiração do grupo, a de propor uma norma que favorecesse, de alguma maneira, um processo de indexação de assuntos dos conjuntos documentais custodiados pelos arquivos, teve como pressuposto a idéia de que .funções são especialmente relevantes para servirem de base para a avaliação, arranjo, classificação, descrição, recuperação e análise de documentos.

A partir de experiências de descrição de funções realizadas na Escócia, Austrália, Canadá, Suíça e Estados Unidos, o CBPN começou a idealizar uma norma com alguns requisitos básicos:

- que permitisse, assim como já houvera sido uma preocupação, no caso da ISAAR, a possibilidade de descrições de funções separadas daquelas dos documentos e das entidades coletivas, pessoas e famílias relacionadas, sendo viável relacionar uma descrição de funções a várias entidades coletivas, bem como várias descrições de funções a uma mesma entidade coletiva;
- que pudesse ser usada tanto em ambientes eletrônicos quanto manuais, tendo em vista os diferentes estágios tecnológicos em que se encontram arquivos em um mesmo país ou em diferentes países;
- que garantisse uma estrutura geral, com alguns elementos de descrição obrigatórios, deixando a possibilidade de adequações à cada realidade nacional e institucional.

4 – ISDF: Norma internacional para descrição de funções

⁹ Observações sobre os problemas de criação e extinção de órgãos são magistralmente apresentados e resumidos, sob a ótica de suas repercussões quanto ao Princípio do Respeito aos Fundos, em DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p.14-33, abr. 1982/ago. 1986

¹⁰ O CBPN é o órgão sucessor do Comitê de Normas de Descrição, que vigorou até 2004.



A norma obedeceu, em suas linhas gerais, à mesma estruturação das demais normas do CIA em vigor. Está dividida em áreas, cada elemento de descrição, identificado por um nome, tem declarados seus objetivos, regra(s) aplicável(is) e exemplos ilustrativos de seu uso. Ao final, dois apêndices, o primeiro com uma representação diagramática das relações entre entidades coletivas, funções e documentos e o segundo com exemplos integrais fornecidos pelos países dos envolvidos com sua redação, inclusive o Brasil.

Seus vinte e três elementos estão divididos em quatro áreas, de Identificação, de Descrição, de Relacionamentos e de Controle, existindo, como na norma ISAAR, um capítulo, de caráter pedagógico, demonstrando uma forma eficiente de relacionar descrições de funções a descrições de entidades coletivas, documentos arquivísticos e outros recursos.

Dos vinte e três elementos, apenas três são obrigatórios: Tipo (5.1.1), Forma(s) autorizada(s) do nome (5.1.2) e Identificador da descrição da função (5.4.1). O Tipo deve ser claramente identificado porque a norma não foi idealizada apenas para funções, mas também para suas subdivisões, isto é, para subfunções, procedimentos operacionais, atividades, tarefas ou transações, de acordo com a hierarquização e terminologia assumida nacional ou internacionalmente. A Forma autorizada do nome permite uma clara identificação, e conseqüente recuperação, do que está sendo descrito e o Identificador garante que se possa aceder, sem dificuldades, à descrição mesma da função aludida.

Todos os demais elementos são optativos, devendo serem usados a partir de sua pertinência e utilidade, critérios avaliados a partir de casos concretos, e consoante às decisões normativas do país ou instituição responsável pela descrição. Do ponto de vista do Brasil, pelo menos um elemento, Outra(s) forma(s) do nome (5.1.4) não nos é útil, já que só possuímos uma língua nacional. Por outro lado, o advento desta norma coloca a necessidade de avançarmos em nosso trabalho normativo, necessitando-se maiores reflexões sobre vocabulários controlados e tesouros, fundamentais para o preenchimento do elemento Classificação (5.1.5).¹¹

¹¹ No momento, acham-se avançadas as discussões entre o corpo técnico do Arquivo Nacional para a elaboração de um vocabulário controlado que dê conta da multiplicidade de assuntos presentes no acervo da Instituição.



As experiências realizadas por algumas instituições cariocas que participaram da discussão da versão preliminar da ISDF, quando em consulta pública mundial, indicaram a especial relevância que, além do elemento História (5.2.3), tem o elemento Legislação (5.2.4). O primeiro permite que possa não só se fornecer indicativos da história do exercício da função, mas também balizá-las cronologicamente, uma vez que o elemento Datas (5.2.1) indica apenas os limites temporais inicial e final. Quanto à Legislação, a identificação precisa de todos, ou pelo menos dos mais relevantes atos normativos que criam, alteram ou extinguem funções garante que esses atos possam ser recuperados na íntegra, permitindo esclarecimentos e solução de dúvidas.

5 – Novas tarefas para os profissionais

Um dos mais importantes argumentos para todo esforço normativo que o Conselho Internacional de Arquivos vem desenvolvendo desde o final da década de 1980¹² é a necessidade e a utilidade do intercâmbio de informações arquivísticas. Foram desenvolvidos por profissionais de vários países projetos de criação de formatos de intercâmbio de dados, como é o caso do *Encoded Archival Description* (EAD), relativo à ISAD(G), o *Encoded Archival Context* (EAC), relativo à ISAAR(CPF), e o *Encoded Archival Guide* (EAG), relativo à norma ISIAH.¹³ A ISDF ressenete-se, até o momento, da criação de um formato de intercâmbio específico, mas acredita-se que isso não tardará, tendo em vista a recepção que vem recebendo pela comunidade arquivística internacional. Grupos de pesquisa em arquivologia, estamos certos, vão se voltar a essa tarefa.

Da parte do CBPN, seu projeto maior para o quadriênio 2008-2012 é o do estudo de modelos relacionais entre as quatro normas do CIA em vigor, de modo que diretivas e orientações sobre a construção de sistemas de descrição envolvendo todo esse cabedal metodológico possa ser plenamente usado pelos profissionais da área, o que redundará, certamente, numa maior qualidade de nosso trabalho e mais eficiente recuperação de informações pelos usuários.

¹² Remonta a 1989 a criação da Comissão *ad hoc* de Normas de Descrição do CIA, depois sucedida pelo Comitê de Normas de Descrição (1996), pela Seção de Normas Profissionais (2004) e agora pelo Comitê de Boas Práticas e Normas (CBPN).

¹³ Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico, também lançada no Congresso Internacional de Arquivos de Kuala Lumpur (2008), atualmente em processo de edição em papel pelo Arquivo Nacional.



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

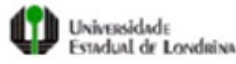
Todas essas questões ganharão mais e mais aperfeiçoamentos à medida que a comunidade profissional se envolva com o uso das normas. Não é demais lembrar que as normas são um ponto de partida, mais do que de chegada – elas chamam a atenção para questões fundamentais no trabalho, bem como dão diretrizes para lidar com elas. No entanto, faz-se necessário implementá-las, descobrir formas inteligentes de, utilizando-as, garantir uma informação mais plena de significado aos documentos que custodiamos. E nesse processo não só as normas existentes vão ser aperfeiçoadas quanto, com certeza, a realidade indicará outras áreas carentes de normalização.



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Apoiadores :



Patrocínio



Realização



Organização

